



**VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004**

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 · 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89

**A
QUESTÃO
SOCIAL**

**NO NOVO
MILÉNIO**

email lusoafrobrasileiro@ces.uc.pt
url <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>

Identidade e contextos de identificação regional na zona do vinho do Porto

Shawn Parkhurst,

Department of Anthropology, University of Louisville
Louisville, KY 20292

USA

sspark01@gwise.louisville.edu

Comunicação ao painel número 43

Construções de Identidade em Contextos Regionais, Étnicos, Nacionais e Transnacionais no Espaço Lusófono, organizado por José Manuel Sobral (ICS, Universidade de Lisboa) and Daniel Melo (ICS, Universidade de Lisboa)

Introdução

Esta comunicação debruça-se sobre a identidade regional enquanto prática de identificação.¹ O contexto desta abordagem é o da Região Demarcada do Douro, também conhecida por Alto Douro. A identificação regional tem uma relação variável com a identificação nacional; por isso é necessário proceder a uma referência breve a esta última antes de prosseguir no tratamento da questão regional. A identificação nacional portuguesa é uma actividade coordenada em que os símbolos sedimentados de actividades passadas são utilizados na prossecução de objectivos colectivos futuros. A bandeira nacional portuguesa, utilizada recentemente com uma intensidade fora do vulgar para apoiar uma vitória colectiva no desporto de competição, constitui um exemplo disso: as quinas azuis sobre um fundo branco e os castelos dourados são tidos

¹ Agradeço ao José Manuel Sobral e à Luisa Pedroso de Lima a tradução deste texto.

como representando a reconquista e o controle territorial absolutista; a esfera armilar dourada representa “os descobrimentos” (e, segundo alguns, o Brasil em particular); o vermelho e o verde são as cores do Partido Republicano Português (Wheeler 1978: 64). Embora a bandeira seja usada por diferentes partidos políticos em função de visões divergentes de um futuro colectivo, a imaginação desse futuro enquanto posse de um grupo colectivo – com uma composição social porventura diferente – é facilitada pela existência deste objecto que condensa a história política do seu referente através das suas cores e outros elementos simbólicos. Há outros símbolos da identidade nacional portuguesa: entre eles contam-se o fado e as corridas de touros “portuguesas” (Almeida 2004; Gomes 2001). Todavia, a partir do momento em que abandonamos a bandeira, encontramos-nos num terreno simbólico em que as distribuições regionais perturbam os símbolos ditos nacionais: diz-se que o fado, por exemplo, tem uma origem lisboeta, enquanto se pensa de modo comum que as touradas têm o seu foco no Ribatejo.

Muito frequentemente, os símbolos ditos nacionais não conseguem apagar completamente as suas origens não nacionais. Além disso, essas origens são frequentemente entendidas como regionais – quer dizer, como identificáveis com um pedaço de território em particular, que possui um nome próprio, e que se entende possuir algo que o diferencia do nacional. Por outras palavras, o “nacional” pressupõe frequentemente a diferenciação regional. Além disso, segundo penso, pode-se imaginar melhor o nível de organização socio-espacial regional como parte de um contínuo que envolve elementos espaciais, históricos, ecológicos, sociais e culturais que o levam a complementar ou a contradizer o nacional, dependendo da conjuntura histórica em que a análise é levada a cabo. Pode-se entender a Galiza, por exemplo, como uma região de Espanha em que as tendências nacionalistas crescem ou diminuem de acordo com a conjuntura.

As regiões de Portugal – pelo menos as regiões modernas – nunca desenvolveram, ao que parece, tendências nacionalistas contraditórias com a nacionalidade portuguesa. Todavia, elas podem actuar para desconstruir pressuposições assumidas acerca da nacionalidade. Os levantamentos da Maria da Fonte nos anos quarenta do século XIX puseram em causa uma agenda nacional no que dizia respeito ao tratamento dos mortos, apoiando-se numa base cultural e material no Minho que pode ter tido fortes similitudes com Trás-os-Montes (tal como sugerido por Riegelhaupt em 1981, e confirmado em Ferreira 1996), mas que difere significativamente do Sul do país. No que diz respeito aos vivos, também as diferenças regionais em Portugal têm

sido importantes para antropólogos preocupados com as formas da vida quotidiana no interior das fronteiras nacionais portuguesas. O trabalho de O'Neill (1987) sobre Trás-os-Montes mostrou que a herança é um exemplo de uma variabilidade regional séria. Pina- Cabral (1991: 91-108) generaliza a partir de tais exemplos para argumentar convincentemente quanto à existência de regiões culturais galaico-portuguesa e mediterrânica em Portugal. Bastos (1988) demonstra como o Algarve combina factores materiais e culturais para definir a sua própria especificidade, em particular no que diz respeito ao casamento e à herança.

O mais relevante a ter em conta no que se reporta ao que eu pretendo dizer sobre a identidade regional nesta comunicação, é que a mesma é um processo activo de comunicação que tem lugar inevitavelmente no contexto de relações sociais, que há frequentemente aspectos institucionais importantes nesta identificação, que existe uma espécie de manutenção de barreiras implicada na identificação através de relações sociais, e que estas relações sociais têm aspectos de “ribalta” e de “bastidores” que são frequentemente influenciados pela identificação do espaço em termos de género. A maior parte do trabalho antropológico sobre as diferenciações regionais em Portugal debruçou-se sobre as relações sociais, mas negligenciou instituições para além da família. É talvez esta a razão por que o Alto Douro tem sido ignorado na antropologia portuguesa. Uma ênfase nas instituições regionais extra-familiares é um traço que distingue o trabalho clássico e indevidamente esquecido de John W. Cole e Eric R. Wolf sobre a formação da identidade étnica nos Alpes Italianos (1999 [1974]). Cole e Wolf mostram que duas aldeias que ficam a 1 milha de distância uma da outra são significativamente diferentes: S. Félix está organizada em casas dispersas com terra própria, enquanto que Tret é um povoado aglomerado, com parcelas de terreno a rodear a aldeia; os aldeões de S. Félix privilegiam o primogénito nas heranças, enquanto que os de Tret fazem uma partilha igualitária da mesma. Mas o mais relevante é que em S. Félix os “chefes de família” (male householders) são membros de uma comunidade que se auto-governa (“self governing rural commune”) (Wolf 2001: 295), o que não existe em Tret. É também significativo que as pessoas de S. Félix falem, como primeira língua, um dialecto alemão, enquanto os de Tret falam uma língua românica. O desenvolvimento de uma comuna rural auto-governada em S. Félix é em grande parte o produto da história. A ecologia do território permite-o, mas o que possibilitou a sustentação da organização colectiva foi a ligação original com os habitantes da fronteira bávara e a negligência benigna ulterior do Império Habsburgo e

posteriormente do fascismo italiano (Cole e Wolf 1999 [1974]): 263-272). Anteriormente, a organização comunitária (commune) serviu como um dos alicerces da “Assembleia (Regional) Tirolesa” (Ibid.: 26); embora já não funcione, a assembleia regional reforçou por sua vez a organização comunitária, outorgando-lhe um poder histórico que perdura.

Uma das características distintivas do Alto Douro é possuir algo de semelhante à “Assembleia Tirolesa” que forneceu à organização comunitária de S. Félix a sua legitimidade e perdurabilidade. É conhecida como Casa do Douro, uma associação de produtores de vinho a que pertencem automaticamente todos os proprietários de vinhedos da Região Demarcada do Douro. A Casa do Douro resultou de desenvolvimentos históricos bem mais recentes do que os que conduziram à formação da Assembleia Tirolesa, e por isso ainda não esteve activa tempo suficiente para articular as grandes diferenças culturais manifestadas por vezes pelos Tiroleses no contexto Italiano. A Casa também só se debruça sobre as questões relativas à vinicultura; não reorganiza o governo representativo estruturado a nível nacional. Embora a identificação regional no Alto Douro não se baseia numa noção de uma diferença étnica, ela assemelha-se à “afiliação étnica” que se encontra nos Alpes Italianos pelo facto de se apoiar em contextos sociais de bastidores (“backstage”) na enunciação de estereótipos regionais. Cole e Wolf dizem-nos que

A filiação étnica é relegada para os bastidores quando os habitantes de S. Félix e os de Tret visitam as igrejas uns dos outros, jogam às cartas na estalagem, fecham um negócio com um copo de vinho, ou conversam na praça do mercado em Fondo... Todavia, tudo isto são intercâmbios que têm lugar em público. Nos bastidores...no seio de cada comunidade os aldeões comunicam entre si, em termos de um conjunto de imagens fixas da outra população. Estes estereótipos podem não se aplicar a qualquer membro em particular da população caracterizada deste modo, mas reflectem as experiências históricas da relação de cada um destes grupos com o outro (Cole e Wolf 1999 [1974]: 272).

Nas páginas que se seguem irei utilizar a abordagem da diferenciação étnica de Cole e Wolf para discutir o Alto Douro. Enquanto primeira região vinícola demarcada moderna, o Douro merece ser discutido como uma região que possui um conjunto distintivo de identificações. Entre estas, revela-se crucial a instituição regional Casa do Douro. Analiso esta instituição enquanto fundamento para a identificação regional a nível local, e debruço-me sobre o modo como os vinicultores do Alto Douro se identificam com ela. Em seguida examino o modo como numa aldeia do Alto Douro são

construídas identificações regionais nos “bastidores” e em relação com outras identificações regionais. Noções de uma diferenciação regionalizada de género são cruciais nestas construções “de bastidores”. Este tópico das relações de género regionalizadas leva-nos bem para além dos pontos de vista de Cole e Wolf, ao menos enquanto algo especificamente formulado.

A Casa do Douro

A Casa do Douro está situada no Peso da Régua, povoação geralmente reconhecida como “a capital do Douro”. É um dos vértices do triângulo de instituições que representam os actores económicos envolvidos no comércio do vinho do Porto, sendo os outros a Associação de Empresas do Vinho do Porto (AEVP), que representa os comerciantes e exportadores de vinho do Porto, e o Instituto do Vinho do Douro e do Porto (IVDP), que representa tanto produtores como comerciantes, conjuntamente com o estado português. Na qualidade de representante dos interesses dos vinicultores da região do Alto Douro, a Casa do Douro promove o interesse destes produtores contra os interesses antagónicos dos comerciantes, baseados em Vila Nova de Gaia. O principal interesse destes reside na obtenção de um lucro, o que implica, sempre que possível, comprar barato e vender caro. O vinho do Porto adquiriu prestígio como produto de qualidade, e os comerciantes preocupam-se com a manutenção desta imagem. Assim, o sistema de hierarquização dos vinhedos, de A (a melhor qualidade) a F (a pior), concebido pelo Instituto do Vinho do Porto – o antecessor do IVDP –, foi introduzido em parte tendo em conta os interesses dos comerciantes do vinho. O principal interesse dos vinicultores reside na obtenção de um nível elevado de *benefício* (ou autorização para vender vinho como vinho do Porto, o que garante preços muito mais elevados do que os do vinho de mesa). A Casa do Douro promove este interesse e procura igualmente unir economicamente os produtores, defendendo incrementos do *benefício* nas diversas qualidades de uvas. Desde 1991, tem havido cortes e aumentos no *benefício* de modo igual em todas as classes, e não de um modo diferenciado de acordo com a qualidade. Embora esta atitude tenha conduzido a alguma agitação da parte dos vinicultores com vinhedos da classe mais elevada (Moreira 1994: 239), tais esforços – para promover alguma igualdade entre os vinicultores enquanto se promove a qualidade

das uvas – ajudam a explicar a perdurabilidade da Casa Douro como instituição regional. Os vinhedos na região do Douro encontram-se distribuídos em 85 000 parcelas detidas por cerca de 30 000 vinicultores, e trabalhadas por cerca de 80 000 assalariados (Brito 1917: 36; Guichard 1995: 606). A posse está polarizada socialmente. A proporção de terra detida por grandes proprietários é superior à média nacional, enquanto a grande maioria dos proprietários se limita a possuir pouco mais de um hectare de terra, sendo esse total dividido por três parcelas diferentes (Martins 1990: 439).² Uma grande proporção de pequenos proprietários possui vinhedos da qualidade mais baixa. Ao defender a aplicação equitativa de incrementos e cortes no *benefício*, a Casa do Douro terá mitigado de modo verosímil a polarização social que caracteriza as regiões devotadas à agricultura comercial.

Os protestos que tiveram lugar recentemente junto à Casa do Douro mostram que a instituição mantém a sua importância regional. No dia 28 de Julho de 2004, 500 produtores reuniram-se junto à instituição para protestar contra a proposta do IVDP para a vindima de 2004. Embora tenha sido autorizada a produção de 126 000 pipas de vinho do Porto, o que representa um incremento de 18 000 em relação ao ano anterior (*O Público* de 24 de Julho de 2004), o IVDP tomou a posição de que o aumento deveria beneficiar desproporcionalmente as letras mais elevadas (*O Público* de 29 de Julho de 2004). Os produtores viajaram para a Régua para apelar à causa do Douro para apoiar o protesto contra a proposta. Os seus protestos foram ouvidos e reformulados por altifalante por Luciano Vilhena Pereira, que se havia candidato recentemente à presidência da Casa do Douro, e por Manuel António dos Santos, o presidente actual da instituição (*O Público*, 29 de Julho de 2004; *O Arrais*, 29 de Julho de 2004). Santos conduziu a multidão ao IVDP, localizado próximo da Casa, na Régua, mas o seu presidente não se encontrava lá (*O Arrais*, 29 de Julho de 2004).

Embora não seja possível prever com precisão o desenlace do protesto, a acção revela a importância da Casa do Douro para os vinicultores. Embora a presença de 500 produtores em 30 000 possa parecer uma figura insignificante (como o foi para o jornalista de *O Público* que relatou o protesto, embora se deva dizer que o não foi para qualquer um dos muitos jornalistas regionais que cobriram a história), pode-se argumentar que, dadas as dificuldades de transporte para se chegar à Régua, este número é substancial. Vale a pena notar que o IVDP anunciou que apresentará queixa

² Os dados sobre o número médio de parcelas são de 1979.

contra a Casa do Douro e os vinicultores pela “invasão” das suas instalações que se seguiu ao ajuntamento dos que protestavam junto às suas portas (*Semanário Transmontano*, 20 de Agosto de 2004).

Tais protestos representam um tipo de contexto em que são feitas identificações regionais. Estas são tão importantes no Alto Douro como o são no Sul de França, onde Winnie Lem mostrou que os vinicultores familiares do Languedoc têm sido “lestos a montar protestos, a organizar manifestações, e a iniciar acções políticas que adquirem uma variedade de formas para salvaguardar a vinicultura e a agricultura familiar”, adquirindo assim “uma reputação de gente volátil” (Lem 2002: 290). Embora no Languedoc a identidade regional com uma componente “étnica” (devida, antes de mais, a língua ocitânica e a um certo sentido de diferença histórica nacional em relação a França) sirva como um elemento de união entre pequenos agricultores, os produtores de vinho do Alto Douro e outros habitantes da região reivindicam-se de uma distinção fundada principalmente no solo e na dificuldade de o trabalhar, conquanto tal possa ser concebido em termos vagos como etnicidade, pelo menos na perspectiva local. Um autor regional escreveu que não conhece “outro homem ou mulher talhados à medida da dura labuta da terra, cujos rostos se identifiquem tão bem com o meio adverso a que se afeiçoaram,” rostos que “exprimem a força de uma identidade ou o carácter étnico ... a quem coube dominar e transformar energias reprodutoras em constante desafio” (Monteiro 1998). O Presidente da Casa do Douro também sublinha acima de tudo o papel da terra durante o protesto de 28 de Julho de 2004:

Estamos todos aqui para proclamar por justiça para a nossa região e para todos nós. Somos aqueles que damos vida à nossa região, como deram os nossos antepassados. Criámos condições para que esta região ande nas bocas do mundo e tenha sido considerada recentemente como <<Património da Humanidade>>. Temos que ser nós a impedir que destruam a nossa região, os nossos interesses e as nossas propriedades (“Peso da Régua: Manifestação dos Vitivinicultores em oposição ao comunicado de Vindima do IVDP”, *O Arrais*, 29 de Julho de 2004).

A Casa do Douro enfraqueceu nos últimos dez anos, mas tem sido uma instituição notavelmente resistente, e as previsões quanto ao seu desaparecimento devem ser contempladas com algum cepticismo: sobreviveu à revolução nacional de 1974 em virtude de se encontrar profundamente enraizada na região do Alto Douro e o solo e a topografia fazem desta algo de distinto. A crise económica regional subsequente

à depressão mundial em 1929 levou à agitação pela formação da instituição, que aconteceu em 1932 (Moreira 1998: 108-109), tal como uma crise económica regional tinha conduzido à fundação da instituição predecessora, a Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, pelo Marquês de Pombal em 1756.³ Contudo, no começo dos anos trinta, Portugal estava a sucumbir ao regime autoritário e corporativo de António Salazar, de modo que, enquanto a agitação na região levou à formação da Casa do Douro, esta adquiriu a sua forma no âmbito do sistema corporativo. No sistema corporativo, todas as instituições eram estreitamente controladas ou estavam sob a tutela do governo central, que colocava na sua direcção, incluindo a da Casa do Douro, gente que defendia as suas posições políticas e ideológicas, não permitindo a realização de eleições livres.⁴ Devido a esta marca corporativista, governos democráticos sucessivos projectaram a sua extinção depois da Revolução de 1974. Sobreviveu, no entanto, e foi a única instituição deste tipo do sector vinícola a fazê-lo. O trabalho de Moreira (1998) é um esforço convincente para demonstrar que foi precisamente o impulso regional por trás da instituição o que a manteve viva, quando tantas outras instituições vinícolas regionais – as de Bucelas, Carcavelos, Setúbal, Colares e Dão, por exemplo (Moreira 1998: 52-53) – foram abolidas na sequência da revolução. Como instituição regional, a Casa do Douro serve como contexto público – um palco – onde é apresentada uma identidade aparentemente não problemática: a dos vinicultores masculinos enquanto *durienses*. Poderia parecer que a instituição opera no sentido de homogeneizar a identificação regional construindo um palco onde apenas os homens que possuem terra na região demarcada precisam de aparecer.

Outro Contexto de Identificação: Relações de trabalho inter-regionais e os “bastidores” (“backstage”)

O papel de “palco central” (“center stage”) desempenhado pela instituição regional face à região recorda a visão de Cole e Wolf da relação entre a comunidade de S. Félix e a assembleia regional tiroleza. Todavia, quando olhamos para os bastidores,

³ Vale a pena sublinhar que Pombal agiu em resposta a petições de intervenção feitas pelo governo português da parte de interesses abastados na área do Alto Douro (Schneider 1980: 38-45).

⁴ Havia eleições nacionais em Portugal, mas estas eram orquestradas para serem favoráveis ao regime. Sigo escritores como Payne, ao preferir o termo “corporativismo” em vez de “fascismo” para designar o Salazarismo, em parte porque o regime salazarista achava as facções políticas fascistas extremistas, e lutava contra os seus desafios (Payne 1995: 312-317).

vemos que outras classes, géneros e regiões estão envolvidas na construção da identidade regional *duriense*. Para observar os bastidores, irei examinar um outro contexto público: o da vindima no Douro. Embora se trate de um contexto público, está de algum modo fora do centro do palco, porque escapa ao controlo da Casa do Douro (e ao da maioria das outras instituições formalizadas). Além disso, por envolver o contacto entre homens e mulheres, permite-nos contemplar aspectos mais íntimos da vida regional. As observações que irei produzir nas páginas que se seguem resultam de informação recolhida em contextos de bastidores - as casas, em que os habitantes do Alto Douro estão afastados das pessoas das regiões em volta, que aí vão trabalhar. O lugar das observações é Socalcos, um pseudónimo de uma aldeia em que levei a cabo um trabalho de campo intensivo em 1993 e 1994, e que tenho visitado muitas vezes desde então – 1996, 1999, 2001, 2003, 2004.

Para que se possa perceber a análise da interacção social que tem lugar no tempo das vindimas, é importante examinar o modo como os aldeões de Socalcos vêm a sua condição regional diferir da condição regional que se encontra nas zonas montanhosas vizinhas. Essa diferença é habitualmente localizada na economia e nas relações de género. A visão local é sumariada por Leonor, uma mulher de 55 anos de Socalcos com quatro filhos adultos, que em 1994 ainda passava as suas tardes a trabalhar como assalariada nas vinhas:

Para ali [em Macedo de Caveleiros, por exemplo], aquelas zonas é mais de agricultura. Para ali, é quase que cada qual colhe para si. Fazem para casa, não é? Por exemplo, tem aqueles grandes lameiros de agricultura – de batata, hum, centeio, trigo, cevada, milho – e depois tem aquelas videiras, aquelas ramadas, e colhem e fazem para casa, para terem bebidas em casa. É mais assim por estas zonas. Não se vêem vinhas assim como nós por aqui, tudo assim em vinhas. E então lá sabe o que é que se vê? Que nem sei como aquelas pessoas para ali vivem. É só montes, montes, montes, montes. Não se vê nem terrenos por batatas. Nada. Lá não há dinheiro. Por exemplo, eu tenho um rebanho de gado – um rebanho de cabras – e o senho também tem. Ora, hoje, ou esta semana, eu trabalho para o senhor, para semana o senhor trabalha para mim. E andam assim de troca. E depois vendem aqueles gados e aqueles gados é que dá dinheiro. Mas eles não trabalham assim a salário como nós. Ai, eu gosto mais daqui. Eu gosto mais estar aqui.

Embora desvalorize a produção de subsistência significativa que existe em Socalcos e a produção para o mercado existente na área montanhosa, Leonor capta adequadamente as diferenças regionais básicas. E embora ocupe uma posição de classe

muito baixa, Leonor acha a economia monetária do Alto Douro preferível à economia mais assente na produção para subsistência das periferias da região.

Ligada a esta visão das diferenças económicas regionais, há a sensação de as áreas mais baseadas na produção para a subsistência serem culturalmente diferentes. Ouçamos o que dizem Carlos, um empregado de 32 anos de uma das propriedades vinícolas de Socalcos, e Maria, uma dona de casa de 58. Segundo Carlos, na região do Minho

guardam grandes tradições. Aqui já não guardam. Já não guardam tradições antigas. Quer-se dizer há povos mais ... mais agarrados assim às coisas, que realmente não querem esquecer, e há povos que, prontos, que não se interessam. Que esquecem facilmente. Sabes que no Minho tem essa tradição. No Minho as pessoas são pessoas muito católicas, pessoas muito ... guardam grandes tradições. Aqui, já não guardam. Já não guardam tradições antigas.

Segundo Maria, “aqui o Douro ... o Douro, ici, não é só aqui Socalcos, o Douro é muito grande, não é? Não é tão crente como os povos da serra. Lá para cima, para as montanhas, são muito mais crentes do que nós cá do Douro, do que os Durienses, sim senhor. Eu trazia pessoal abaixo na quinta muitos anos. O Douro não é crente como é a montanha.” A percepção de Carlos quanto à existência de “povos” diferentes clarifica a ligação local entre tradição e religiosidade e mostra a conexão entre esses elementos e a avaliação económica oferecida por Leonor.⁵ Poderíamos estar aqui a lidar com uma noção da modernidade do Alto Douro em comparação com outras regiões?

A modernidade é geralmente concebida como uma condição social de mudança permanente ligada ao desenvolvimento económico capitalista: na modernidade “tudo o que é sólido funde-se no ar” (Berman 1982). Para Carlos e Teresa, a tradição é o “sólido” fundido por regiões como a sua. Há alguma ambivalência inerente às suas palavras, que se nota especialmente se tomamos em consideração o carácter de ambos. Maria, em especial, parecia estar sempre a criticar o Alto Douro pela sua falta de fé. No entanto, apercebi-me de que também havia orgulho nas suas observações, as observações de alguém “avançado” que olha para as tradições serranas nostalgicamente – e, portanto, com condescendência – como as verdades ultrapassadas do passado. A maioria dos habitantes de Socalcos comunga da admiração de Leonor quanto ao facto

⁵ As noções de Carlos e de Maria sobre uma falta comparativa de religiosidade no Alto Douro poderão ter uma base objectiva (Costa 1997). Todavia, o modo como operam com essa base objectiva na construção de uma identidade regional própria não é determinado pela economia e é o principal ponto em questão neste contexto.

de as pessoas da serra poderem viver assim. Em sua opinião, o estado retrógrado das regiões serranas explica inteiramente a migração interna dos seus habitantes: os migrantes querem alguma da riqueza proveniente da agricultura capitalista avançada.

Tornou-se claro para mim que se pensava que o atraso económico tinha efeitos importantes nas relações de género durante uma conversa que mantive uma noite no decorrer das vindimas com três vizinhos de Socalcos, um casal (João e Teresa) e uma amiga da família (Paula) acerca das mulheres das serras:

Paula: Aquelas mulheres da montanha sabem fazer estrumes, sementeiras e tudo. Andava a mulher a semear batatas...

João: Andam elas com arado! Andam elas com arado, e com sacholas. Que o homem, os homens andam na, pronto, andam uns nas quintas, outros na – em empregos. Elas é que fazem tudo, ali com sacholas, ali aos ombros ... é pior que um homem.

Paula: Pegam em enxadas, pegam em sacholas, e nós aqui ...

João: Em gadanhas, em gadanhas. Sabes o que é uma gadanha? A gadanha é uma coisa de segar erva, que é a coisa pior que há. É a coisa pior que há.

Paula: É uma gadanha ou catana?

João: Gadanha. Catana é na tropa. Tinha uma catana para cortar mato. Já na tropa. Agora a gadanha é aquilo que utilizam na – tenho ali duas. Tenho ali duas gadanhas, para segar mato. Aquele gajo que anda todo o dia com aquilo, a trabalhar, chega ao fim do dia cansado. E já vi mulheres – mulheres – muitas mulheres! Olha, em Sobrados, em Garganta. A mulher é que pega naquilo! Pronto. E essas chegam – sei que chegam ao fim do dia cansadas, e que, pronto, que realmente que aquilo é que é trabalho.

Paula: É trabalho, mas não tem ambiente nenhum em casa.

João: Tá bem, isso é outro caso.

Teresa: Mas, ó Shawn, em casa, as casas é uma porcaria. Não sabem fazer nada, nem nada. Não tem limpeza,

Paula: Nem comer fazem.

Teresa: Nem tem nada. Nem de fazer o comer, nem nada. Eu já sei fazê-lo fora [como empregada doméstica] como em casa.

Esta é uma visão comum das mulheres serranas, baseada nas experiências esporádicas dos de Socalcos em áreas de montanha. Note-se que se pensa que a razão

para o envolvimento feminino em trabalhos de homens se deve a necessidades económicas. Há, de facto, uma divisão de género mais estrita entre homens e mulheres no Douro do que nas áreas mais montanhosas, e por isso a descrição baseia-se em factos e faz sentido. No entanto, há uma informação que merece atenção pela sua função ideológica. A observação acerca das mulheres fazerem trabalhos de homens leva ambas as mulheres na conversa a definirem-se por oposição ao que consideram ser uma ordem regional de género diferente da sua – e inferior.

Para resumir, em Socalcos há a noção de que o desenvolvimento económico é a razão que leva os trabalhadores de outras regiões a vir trabalhar ao Alto Douro. Contudo, a presença de trabalhadores de fora perturba os moradores de Socalcos, em especial os com pouca ou nenhuma vinha, que expressam as visões mais fortes acerca das diferenças entre eles e os migrantes inter-regionais. Os vizinhos de Socalcos de classe baixa pensam que a riqueza da sua região os coloca numa posição de classe mais elevada do que os imigrantes. Deste modo, a migração interna produz uma noção de uma divisão de classe entre regiões, produzida em parte pelo ressentimento sentido pelos de Socalcos devido à sua relação com a burguesia do Porto, e em termos da sua posição de classe na comunidade local. A migração interna permite-lhes elevarem-se acima dos outros simbolicamente. A divisão simbólica de classe entre regiões está igualmente intimamente envolvida com noções de uma divisão em termos de género entre regiões.

Esta divisão em termos de género é exacerbada durante as vindimas, quando as mulheres migrantes de fora da região chegam em *rogas* de áreas montanhosas a Sul e a Norte da Região Demarcada do Douro para colher as uvas. As *rogas* são formadas por homens e mulheres, mas são as mulheres quem têm uma importância simbólica especial para os de Socalcos. As *rogas* são contratadas para ficarem durante o tempo das vindimas – cerca de duas semanas. De manhã, os camiões transportam os membros da *roga* dos seus quartéis de dormida para as vinhas. O trabalho é organizado de acordo com a idade, o status e o género. Ao fim do dia há a pisa de uvas, e é então que as distinções de género são exacerbadas. Quando a escuridão põe fim à vindima, os trabalhadores são transportados pelas encostas sinuosas abaixo para os lugares. Estes foram sendo enchidos com uvas durante o dia. As famílias proprietárias continuam a manter a tradição de convidar amigos da cidade para presenciar o evento. Os convidados presumem que a origem regional de quem pisa é *duriense* ou então o facto não tem qualquer importância para eles. Mas, para a gente de Socalcos, e em especial

para os mais pobres, quem pisa é rotulado regionalmente. Os homens e as mulheres de Socalcos afirmam taxativamente que as mulheres de Socalcos não pisam. Embora em raras ocasiões as mulheres de Socalcos possam pisar, tal ocorre na privacidade do lagar das suas casas. Para as mulheres de Socalcos, pisar em público iria violar as regras locais de decoro do género. Em contrapartida, em contraste absoluto, as mulheres das serras fazem-no.

Este facto é consistente com a descrição “da mulher duriense” publicada por Amilcar de Sousa em 1906. Segundo Sousa:

Se é a operaria que corta as uvas, a dona de casa cuida da alimentação, e que trabalhos não passa para dar de comer às <<ranchadas>>, que de longes terras da <<montanha>>, ao som de cantigas nostálgicas e com danças ingenuas, nos fins de setembro, invadem o Douro

As mulheres das <<ranchadas>> -- as <<montanheiras>> -- colhem de dia, pelo sol de fogo, as uvas, favos d’assucar, e de noite, coristas no grande palco do logar, de saias arregaçadas, <<sovam>> o vinho que lhes tingem as pernas nuas e roliças (Sousa 1906: 174).⁶

A explicação económica para esta duradoura divisão entre mulheres que pisam e mulheres que não pisam reside no facto de as mulheres de lugares como Mondim de Basto (a norte do Douro) precisarem do dinheiro que ganham com a pisa;⁷ a explicação social é a de que os homens de Mondim têm menos capacidade de controlo sobre o comportamento das mulheres; a explicação cultural é que em Mondim as visões do género são diferentes das de Socalcos. A importância destas explicações reside no facto de elas estarem estreitamente ligadas com um trabalho que serve como performance. Quando os pares de Mondim executam uma dança laboriosa no mosto ao som da concertina, diante de uma audiência de gente da cidade vestida de modo elegante e habitantes locais, desenrola-se uma cena que informa o sentido de identidade regional dos naturais de Socalcos. O trabalho das mulheres de Mondim nos lagares facilita a

⁶ Enquanto Leite de Vasconcelos afirma que mulheres em varias partes do Douro pisavam uvas (Vasconcellos 1982: 624-631) na primeira metade do século vinte, Maria Lamas afirma que no Douro “o trabalho nos lagares é feito por homens.” “No entanto,” continua ela, “mais de uma vez tem sucedido as mulheres colaborarem também nessa faina, quando escasseiam os lagareiros” (Lamas 1948: 129). A questão que permanece é se as mulheres de que falam Vasconcellos e Lamas eram da região ou eram das regiões circundantes. Uma leitura focada dos trabalhos deles levanta uma tal pergunta, mas porque não problematizam a questão da codificação regional de tarefas específicas, os autores não revelam este tipo de informação.

⁷ Os trabalhadores da propriedade têm a possibilidade de ganhar dois salários num período de 24 horas; um diurno por trabalhar nas vinhas e um nocturno por trabalhar nos lagares.

reprodução de um aspecto chave da divisão de género de Socalcos; proporciona ao mesmo tempo um cenário inter-regional face ao qual o carácter distintivo das mulheres de Socalcos pode ser sublinhado.

Estas mulheres da montanha que pisam uvas não são apenas menos decorosas. Os de Socalcos afirmam que elas aceitam facilmente os avanços sexuais dos homens locais. É rara a conversa entre trabalhadores locais que não inclua histórias de mulheres das *rogas* que regressam a casa de barriga inchada. Estas conversas e histórias são discursos cruciais de bastidores sobre a identidade regional. Rigorosos ou não, estes discursos expressam um sentimento comum de que as serras à volta são espaços onde há relações sexuais impróprias, e nutrem um sentimento de que o Alto Douro e as zonas que lhe fornecem força de trabalho possuem uma relação colectiva de género, em que o Alto Douro é uma região simbolicamente “masculina” e as zonas montanhosas de Trás-os-Montes e da Beira Alta são regiões “femininas”. Não se fala em mulheres de socalcos ficarem grávidas de imigrantes. Quando os jovens vindos da montanha abordam as mulheres jovens de Socalcos, geralmente nos bailes, não são bem recebidos. Como me disse uma mulher de Socalcos: “antigamente vinham para aqui para Socalcos dançar e assim. E então, vinham com os sapatos muito engraxadinhos, por baixo todo rotos.” Depois riu-se e abanou a cabeça referindo-se aos “coitadinhos”. Os rapazes da montanha continuam assim desprezados hoje em dia. As raparigas da serra são o símbolo da identidade de género da sua região. Na perspectiva de Socalcos, para além de ser “feminina”, aquela região é simbolicamente ilegítima, porque as raparigas da montanha não casam com os homens do Douro que supostamente as engravidaram. É claro que o simbolismo não precisa de muitos factos para funcionar: só o facto de as mulheres da serra andarem a pisar uvas, mostrando as pernas ao fazê-lo, serve de prova cabal da ilegitimidade necessária à alimentação da fantasia regional⁸. O género simbólico das regiões de montanha ganha consistência devido ao carácter débil da própria divisão do trabalho por género nessa zona: porque os homens e as mulheres fazem o mesmo trabalho na montanha, os homens e as mulheres podem ser considerados como um conjunto sob o signo da feminilidade regional.

⁸ A descrição que Lamas faz das mulheres migrantes que trabalham nas colheitas mostra que elas têm poucos contactos significativos com os homens do Alto Douro: “Elas vêm de longe, em ranchos [um termo regional menos específico do que *rogas*] – mulheres das montanhas de Bigorne, Gralheira, Montemuro e de outros lados. Mas não se dão com os *durienses*. Ambos mantêm os seus costumes e o seu contacto é quase exclusivamente com os da sua região” (Lamas 1948: 124). Durante os anos 90 notei que as trabalhadoras das vindimas se mantinham bastante próximas dos seus grupos.

Conclusão

A visão da região do Alto Douro como simbolicamente diferenciada em termos de género não é, por certo, contraditória com a imagem dos proprietários da terra reunidos no Peso da Régua, para pedir uma representação efectiva pela sua instituição regional. Quando os vinicultores se reúnem de modo institucional, estão a praticar uma identificação regional que exhibe uma face masculina. O que procurei mostrar é que esta identificação envolve uma desvalorização orquestrada não apenas das mulheres, como de outras regiões (identificadas como femininas). Uma cadeia simbólica circular vai de uma divisão do trabalho por género *duriense* ao domínio dos homens *durienses* e da suposta simplicidade sociocultural das montanhas à presumida divisão saturada de complexidade do Alto Douro. Os habitantes de Socalcos explicam as suas divisões de classe e de género em contraste com o cenário amorfo de um Outro regional quase omnipresente.

Kelley (1994) mostra a importância de se ter em conta a dimensão de género ao analisar as relações entre centros nacionais e periferias regionais. As famílias de pequenos proprietários de Socalcos e os trabalhadores lembram-nos que as relações de género inter-regionais exigem uma análise em conjunto com a de protocolos mais convencionais relativos às relações entre centro (nacional) e periferia (regional). A regionalidade *duriense* de género pode muito bem ser um exemplo da “hegemonia masculina” examinada por Almeida (2004) no contexto das identificações nacionais portuguesas, mas é importante sublinhar que tal identificação depende de identificações regionais informadas por determinadas instituições em particular e interações peculiares de base regional. Por certo, se as origens espaciais dos trabalhadores (migrantes) das vindimas mudarem, ou se a pisa desaparecer do processo de vinificação, a prática de identificações regionais – de género e outras – no Alto Douro alterar-se-á. Há sinais de que tal está a ocorrer com a utilização crescente de europeus do Leste nas actividades da vindima e com a mecanização da produção do mosto. Todavia, continua a haver um número significativo de trabalhadores que vêm das regiões que rodeiam o Alto Douro, e a pisa persiste como um meio “tradicional” de produzir vinho fino.

Referências bibliográficas

- Almeida, Miguel Vale de 2004 “Marialvismo. Fado, touros e saudade como discursos da masculinidade, da hierarquia social e da identidade nacional.” In *Outros Destinos: Ensaios de Antropologia e Cidadania*. Porto: Campo das Letras, pp. 183-210.
- Bastos, Cristiana 1988 “The Northeastern Algarve and the Southern Iberia Family Pattern.” *Journal of Family History* 13 (1): 111-122.
- Brito, Carlos Melo 1997 *Estrutura e Dinâmica do Sector do Vinho do Porto*. Instituto do Vinho do Porto: 2/Cadernos da Revista Douro--Estudos & Documentos.
- Cole, John W. and Eric R. Wolf 1999 [1974] *The Hidden Frontier: Ecology and Ethnicity in an Alpine Valley*. Berkeley: University of California Press.
- Costa, António Luís Pinto da 1997 “O Abandono da Prática Religiosa Como Protesto Social: O Caso dos Jornaleiros Alto-durienses no Primeiro Terço do Século XX.” *Douro--Estudos & Documentos*, II (4): 287-296.
- Ferreira, Maria de Fatima Sá e Melo 1996 “A Luta Contra os Cemitérios Públicos no Seculo XIX.” *Ler Historia* 20: 19-35.
- Gomes, Rita Costa 2001 “Violent Games: Towards an Historical Understanding of the Portuguese Bullfight.” *Portuguese Literary & Cultural Studies* 6: 297-314.
- Guichard, François 1992 *Porto, la Ville dans sa Région: Contribution à l'Étude de l'Organisation de l'Espace dans le Portugal du Nord*, Vol. 1. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian.
- Guichard, François 1995 “O Porto no Século XX.” In *História do Porto*, Luís A. de Oliveira Ramos, ed. Porto: Porto Editora. 522-633.
- Kelley, Heidi 1994 “The Myth of Matriarchy: Symbols of Womanhood in Galician Regional Identity.” *Anthropological Quarterly* 67 (2): 71-80.
- Lamas, Maria 1948 *As Mulheres do Meu Pais*. Lisbon: Editora Actualis.
- Lem, Winnie 2002 “Articulating Class in Post-Fordist France.” *American Ethnologist* 29 (2): 287-306.
- Martins, Conceição 1990 *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Monteiro, J. Gonçalves 1998 “O Homem do Douro.” *O Arrais*, 19 de Fevereiro.

- Moreira, Vital 1998 *O Governo de Baco: A Organização Institucional do Vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.
- O'Neill, Brian Juan 1987 *Social Inequality in a Portuguese Hamlet: Land, Late Marriage, and Bastardy, 1870-1978*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Payne, Stanley G. 1995 *A History of Fascism, 1914-1945*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Pina Cabral, João de 1991 *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa: Difel.
- Riegelhaupt, Joyce 1981 "Camponeses e Estado Liberal: A Revolta da Maria da Fonte." *Estudos Contemporâneos* 2/3: 129-139.
- Schneider, Susan 1980 *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto: Dependência e Subdesenvolvimento em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Sousa, Amilcar de 1906 "A Mulher Duriense." *Ilustração Portuguesa* (II Volume). 10 de Setembro: 171-174.
- Vasconcelos, José Leite de 1982 [1933] *Etnografia Portuguesa*, Vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa de Moeda.
- Wheeler, Douglas 1978 *Republican Portugal: A Political History, 1910-1926*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Wolf, Eric R. 2001 *Pathways of Power: Building the Anthropology of the Modern World*. Berkeley: University of California Press.